Judiciário Notícias
Edição maio/junho de 2010 - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br

Central de digitalização de processos do Judiciário

A central de digitalização de processos funciona em três turnos para concluir, com maior brevidade, a transformação dos processos físicos das nove Varas da Fazenda Pública em arquivos digitais. Atualmente são digitalizadas 300 mil páginas por dia e na segunda quinzena de julho este número sobe para 30 milhões por mês. Pág. 4 e 5

Tribunal de Justiça e Coelce assinam convênio para melhorar sistema elétrico do Fórum Pág. 3

Desembargador José Arísio intensifica apreciação de recursos Pág. 7

Fórum promove mutirão para descongestionamento de processos Pág. 8

Foto: STJ

POSSE

Raul Araújo Filho é o mais novo ministro do STJ

Raul Araújo Filho, ex-desembargador, assumiu, no dia 12 de maio deste ano, o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A indicação de Raul Araújo foi do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aprovada pelo Senado Federal.

Estiveram presentes à posse o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, e os desembargadores Francisco Auricélio Pontes, Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Jucid Peixoto do Amaral, Manoel Cefas Fonteles Tomaz, Maria Estela Aragão Brilhante, Sérgia Maria Mendonça Miranda, Vera Lúcia Correia Lima e Francisco Barbosa Filho, além de outras autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Raul Araújo, que ocupa a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Benjamim Fragoso Gallotti, passou a integrar a Quarta Turma e a Segunda Seção, especializada em Direito Privado.

Pelo critério do quinto constitucional (art. 94 da Constituição Federal de 1988), a vaga de Raul Araújo no TJCE será preenchida por um representante do Ministério Público, com mais de 10 anos de efetivo exercício. A classificação foi definida pela Portaria nº 772, publicada no dia 26 de maio de 2010.

Outros dois cearenses também ocupam cargos no STJ: o ministro César Asfor Rocha, presidente daquela Corte desde setembro de 2008, e o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que está no STJ desde 23 de maio de 2007, e preside a Quinta Turma.

Além deles, o desembargador do TJCE, Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, assumiu temporariamente o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. O magistrado está no cargo desde o dia 3 de agosto do ano passado e permanece até dezembro deste ano.

CULTURA

Biblioteca virtual

A Biblioteca Digital do Poder Judiciário do Ceará, em funcionamento desde o início do mês de maio, já conta com 403 obras em seu acervo, entre documentos de texto, áudio e vídeo. O serviço pode ser acessado pela intranet e também pelo site do Tribunal de Justiça do Ceará – TJCE (www.tjce.jus.br).

Estudantes, historiadores, advogados, juízes e demais interessados na área jurídica têm à disposição acórdãos, atos normativos e publicações do TJCE, além de artigos e obras raras, como o original do Projeto do Código Civil Brasileiro, publicado em 1900, de autoria do jurista Clóvis Beviláqua.

Há ainda fotos de eventos, discursos de posse de desembargadores e monografias da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e de outras instituições de ensino.

O acervo da Biblioteca Digital do Poder Judiciário do Ceará está aberto à colaboração de usuários, que podem enviar livros, documentos antigos e decisões jurídicas para digitalização. O contato com a equipe responsável pelo sistema pode ser feito pelo e-mail: biblioteca@tjce.jus.br.

Saiba como acessar

O usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça do Ceará (www.tjce.jus.br) e, no menu "Institucional", clicar em "Biblioteca". Na nova página que será aberta, deve-se clicar em "BDJUR", no lado direito.

Já na página da Biblioteca Digital, a busca pelas obras do acervo pode ser iniciada clicando-se no link "Coleções". O usuário também tem a opção de digitar o título da obra, o nome do autor e o assunto.

Coelce investirá R$ 4,6 milhões para melhorar sistema elétrico do Fórum Clóvis Beviláqua

INVESTIMENTO

TJCE e Coelce assinam convênio para eficiência energética no Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, e o presidente da Companhia Energética do Ceará (Coelce), Abel Alves Rochinha, assinaram, no último dia 15, protocolo de intenções destinado a reduzir o desperdício de energia elétrica e a melhorar o sistema de iluminação e climatização do Fórum Clóvis Beviláqua.

O protocolo também foi assinado pelo diretor Institucional e de Comunicação da Coelce, José Nunes de Almeida Neto; pelo diretor interino do Fórum, juiz José Krentel Ferreira Filho, e por Oscar Lima e Silva, diretor da ACE Energia, empresa contratada pela Coelce para a implementação do projeto.

As obras serão executadas em duas etapas: reestruturação da central de ar condicionado e troca do sistema de iluminação de todos os pavimentos do prédio do Fórum.

"A Coelce está dando uma contribuição pioneira, fundamental e revolucionária para a implementação do Programa de Virtualização da Justiça cearense. Estamos absolutamente conscientes da importância dessa contribuição", afirmou o desembargador Ernani Barreira Porto.

"A Coelce está dando uma contribuição pioneira, fundamental e revolucionária para a implementação do Programa de Virtualização da Justiça cearense" Ernani Barreira, presidente do TJCE.

Investimento e benefícios

O investimento é de R$ 4,6 milhões, totalmente sem ônus para o TJCE. Os recursos são originários da Coelce, através da Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

A implementação do projeto representará redução nos gastos com energia elétrica na ordem de R$ 500 mil por ano. Na área de iluminação, o projeto se propõe a modernizar 8.400 pontos de luz com a substituição de lâmpadas fluorescentes e incandescentes. Também será feita a substituição de luminárias obsoletas e reatores eletromagnéticos.

O projeto também contempla a modernização da central de água gelada, visando o aumento da eficiência energética e atendimento da carga térmica, instalação de novos resfriadores de líquido com eficiência energética e implantação de novos equipamentos auxiliares.

Caberá à direção do Fórum Clóvis Beviláqua a articulação de um programa de conservação de energia, através de campanhas de conscientização, com a distribuição de panfletos informativos e a realização de palestras com o propósito de racionalizar e otimizar o consumo de energia elétrica em todas as suas instalações.

VIRTUALIZAÇÃO

Central digitaliza 300 mil páginas de processos diariamente e passará a 30 milhões por mês

A etapa de digitalização dos processos das nove Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza está sendo executada em ritmo acelerado pela empresa TCI, vencedora da licitação para transformar os processos físicos em arquivos digitais.

O acervo da Fazenda Pública reúne 46.500 ações e o trabalho de digitalização está sendo feito separadamente por varas. A TCI só teve acesso aos autos depois que todas as Varas concluíram o trabalho de catalogação e lacraram cada processo. Para isso, foi montada força-tarefa nas unidades judiciárias com o objetivo de agilizar esses procedimentos.

Antes de digitalizar cada folha de papel, a empresa faz a higienização dos processos retirando clipes, grampos, além de recuperar minuciosamente papéis danificados. Para trabalhar com os processos do Judiciário estadual, foram contratadas 400 pessoas que trabalham em três turnos – das 6h às 22h –, em uma Central de digitalização montada especificamente para este fim.

O diretor de operações da TCI, Márcio Teschima, adiantou que, na segunda quinzena de julho, as atividades serão executadas 24 horas por dia. "Com isso, o número de páginas digitalizadas, que hoje é

de 300 mil folhas, diariamente, será elevado para 30 milhões por mês", explicou.

A Central de digitalização possui atualmente 12 scanners com capacidade individual para digitalizar 3.900 páginas por hora. Além disso, dispõe de modernos equipamentos que inclui uma central de dados com 28 servidores de 8 processadores, com capacidade de 27 terabytes de armazenamento e até 40 servidores virtuais.

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, juntamente com a equipe de secretários e assessores, tem acompanhado o trabalho de perto. "Estou impressionado com a estrutura e com o trabalho desenvolvido. Pelo que vimos, a população cearense pode ter certeza de que esse sistema já é um marco na história do Judiciário do Estado", destacou.

Des. Ernani Barreira Porto e o secretário José Montenegro acompanham o trabalho de digitalização

Automação Judicial

Após a etapa de digitalização, os processos vão retornar às Varas da Fazenda Pública já em meio virtual. Quando é finalizado todo acervo de uma vara, começa o trabalho das ações de outra vara. A partir daí, a movimentação só poderá ser feita por computador, através do Sistema de Automação Judicial (SAJ), software desenvolvido pela Softplan, empresa ganhadora da licitação para implementar o programa de virtualização da Justiça cearense.

Para a execução das etapas de higienização, catalogação e digitalização dos processos, foi necessário suspender os prazos dos processo das Varas da Fazenda Pública no período de 31 de maio a 9 de julho. Ficaram suspensas a publicação de sentenças e decisões, as intimações e o atendimento às partes, advogados e população em geral, com exceção dos atos processuais de natureza urgente e necessários à preservação de direitos.

Os juízes e servidores passaram por treinamento para a operacionalização do novo sistema. O próximo passo será a digitalização dos processo da Vara Única de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios.

A expectativa do presidente do TJCE é que até dezembro deste ano a Comarca de Fortaleza esteja funcionando de forma virtual e que, ao longo de 2011, as comarcas do Interior implementem o novo sistema.

A partir da segunda quinzena de julho serão digitalizadas 30 milhões de páginas por mês

NOTAS

Espaço BB Estilo no TJCE

O superintendente do Banco do Brasil no Ceará, Luís Carlos Moscardi, inaugurou, no dia 9 de junho, o espaço BB Estilo no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A solenidade contou com a presença do presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto; do vice-presidente desembargador José Arísio Lopes da Costa; do corregedor geral da Justiça, desembargador João Byron de Figueirêdo Frota; do desembargador Clécio Aguiar de Magalhães; do superintendente regional de governo do BB, Maurício Rafael Santa Cruz; de secretários e assessores do Tribunal e do BB.

Inauguração do espaço Estilo BB no TJCE reuniu autoridades do Judiciário

Comerciante condenado por desistir de casamento

A 6ª Câmara Cível condenou, no dia 19 de maio deste ano, um comerciante a indenizar a ex-noiva dele, abandonada no dia do casamento civil, sob a alegação de que ela não era mais virgem. O caso aconteceu em 1998 na cidade de Palhano, distante 152 km de Fortaleza.

O voto do desembargador Manoel Cefas, relator do processo, foi pela condenação do ex-nubente, que deverá pagar R$ 10 mil a título de danos morais. O magistrado fundamentou que "a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas" são direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

Virtualização do Judiciário cearense é apresentada na OAB/CE

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, esteve na Ordem dos Advogados do Brasil – secção Ceará (OAB/CE), no último dia 18 de maio, para apresentar o Projeto de Virtualização do Poder Judiciário do Estado, que está em andamento.

Aos membros e conselheiros da OAB/CE, o desembargador Ernani Barreira assegurou que a Virtualização estará implementada em toda a Comarca de Fortaleza até o final de 2010. O magistrado destacou que a Virtualização da Justiça cearense foi inspirada no modelo proposto pelo ministro Cesar Asfor Rocha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ernani Barreira afirmou que o modelo de informatização processual do Judiciário do Ceará é diferente daqueles que estão em curso nos demais estados. "Temos o projeto e o sistema prontos para serem implementados com modelos para todos os tipos de ação. Ele não é pontual, adaptado ou cópia do Projudi [Processo Judicial Digital], que é excelente para os tribunais superiores, mas não é adequada para os tribunais estaduais."

Valdetário Monteiro, presidente da OAB/CE, disse que essa esperada revolução no Judiciário cearense traz mudanças de paradigma. Para ele, a advocacia, como parte do sistema judicial, tem de acompanhar essa evolução. "É natural que seja assim porque nós queremos uma justiça evoluída e célere".

Financeira Itaú terá que pagar indenização por cobrança indevida a criança de 12 anos

O titular da 26ª Vara Cível do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz Raimundo Nonato Silva Santos, determinou que a Financeira Itaú pague indenização de R$ 22.250,00, por cobrar, indevidamente, débito registrado no nome de uma garota, à época com apenas 12 anos de idade. A decisão foi publicada no Diário da Justiça de 9 de junho deste ano.

A menina começou a receber telefonemas da Financeira Itaú, cobrando uma suposta dívida feita com cartão de crédito. A mãe da criança decidiu ir a uma das lojas da empresa, e foi informada que havia um débito no nome de sua filha, no valor de R$ 2.225,00.

A genitora argumentou que a menina nunca possuiu cartão de crédito e que existiam erros nos dados cadastrais. A empresa reconheceu o "equívoco" e comprometeu-se a retirar o nome dos cadastros de proteção ao crédito, mas, em junho de 2009, quando precisou abrir conta corrente para recebimento de pensão, o nome dela ainda constava como inadimplente.

O juiz Raimundo Nonato Silva Santos fixou o valor da indenização em R$ 22.250,00, equivalente a dez vezes o valor da dívida inexistente atribuída à garota.

Corregedoria Geral da Justiça visita sete comarcas

A auditoria da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em continuidade ao processo de correição, programado para o biênio 2009/2010, inspecionou 14 comarcas do Interior do Estado nos meses de maio e junho deste ano. A ação atende à Portaria nº 03/2010, assinada pelo corregedor geral da Justiça, desembargador João Byron de Figueirêdo Frota.

Durante o processo, os auditores orientam os cartórios sobre os procedimentos do Projeto Justiça Efetiva da Corregedoria, avaliam documentos e portarias, fiscalizam os repasses ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (Fermoju), entre outros procedimentos.

VICE-PRESIDÊNCIA

Desembargador José Arísio agiliza apreciação de recursos

O desembargador José Arísio Lopes da Costa, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), imprimiu celeridade e eficiência no julgamento dos Recursos Especiais e Extraordinários que são remetidos diariamente ao gabinete.

Logo ao assumir o cargo, ele definiu como prioridade não deixar processo parado por mais de cinco dias e, além disso, montou uma equipe para ajudá-lo a concluir todos os processos que se encontravam pendentes.

Com esse propósito, foi possível apreciar três mil recursos no prazo recorde de quatro meses. Esses processos aguardavam decisão para serem remetidos ou não aos tribunais superiores. Somente no mês de março de 2009, foram resolvidos 2.027 recursos. No período de abril a junho daquele ano foram concluídos 973 processos. Todos haviam dado entrada no TJCE em anos anteriores.

Na avaliação do desembargador José Arísio, o objetivo foi alcançado graças ao grau de eficiência de toda a equipe comprometida com a celeridade judicial. "Os recursos que haviam no gabinete foram resolvidos e tudo o que é distribuído para cá, é apreciado imediatamente".

Para manter em dia a apreciação dos recursos, o vice-presidente assegura que o ritmo de trabalho é frenético e, por isso, nada fica acumulado. Em alguns meses, a produção é maior por causa da quantidade de processos recebidos, mas a média conquistada em 13 meses de trabalho foi de 272 recursos decididos.

Desde outubro do ano passado, José Arísio Lopes da Costa compartilha com o presidente do TJCE, desembargador Ernani Barreira Porto, o julgamento dos recursos que dão entrada no Tribunal. Cabe a eles apreciar a admissibilidade ou não do recurso.

Recursos

Recursos são instrumentos processuais utilizados pelos advogados para questionar alguma decisão proferida no âmbito da Justiça de 2º Grau. Quando é negado, há casos em que o representante jurídico apresenta Agravo de Instrumento que será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Desembargador José Arísio considera que o êxito foi alcançado graças ao trabalho de toda a equipe

Desde junho do ano passado, o Tribunal de Justiça do Ceará envia digitalmente recursos aos tribunais superiores. Foi o primeiro estado a realizar esse procedimento de forma virtual.

AMPLIAÇÃO

Iniciada construção do terceiro pavimento do prédio do Tribunal de Justiça

Já foram iniciadas as obras para construção do terceiro pavimento da sede do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), onde ficarão os 43 gabinetes dos atuais e dos novos desembargadores que irão compor a instituição. O prazo para conclusão é de seis meses.

O espaço do Pleno do TJCE também será totalmente reformulado. O local terá área total de 465 m², com 43 assentos para os magistrados e 224 lugares para o público. Contará com sistema audiovisual de última tecnologia. A previsão é que as obras sejam concluídas em setembro deste ano.

Além disso, os oito gabinetes provisórios para desembargador estão em fase de finalização, em prédio anexo ao Palácio da Justiça. Cada unidade é composta de recepção, apoio, assessoria e sala para o magistrado. A área total construída é de 78 m².

Uma das reformas será a do Pleno, que passará a contar com 43 assentos para desembargadores

Muitas pessoas procuraram o Fórum em busca de conciliação

CONCILIAÇÃO

Mutirão para descongestionamento soluciona quase dois mil processos em três semanas

Em três semanas de trabalho, o mutirão "A Justiça se preocupa com você – Diga sim à conciliação" solucionou 1.899 ações judiciais em tramitação nas Varas de Família e de Execuções Fiscais do Fórum Clóvis Beviláqua.

Promovido pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da Comarca de Fortaleza, o mutirão mobilizou juízes e servidores na força-tarefa montada com o objetivo de acelerar a tramitação dos processos.

Segundo o coordenador do grupo, juiz Francisco Bezerra Cavalcante, os resultados superaram as expectativas, beneficiando tanto as partes envolvidas, que alcançaram uma solução rápida e eficaz para seus conflitos, quanto as próprias unidades judiciais, que reduziram o acervo processual.

A primeira etapa do mutirão, de 3 a 7 de maio, foi dedicada às ações de investigação de paternidade em tramitação nas 17 Varas de Família. Por meio de parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado (Lacen), foram realizadas, em tendas montadas no Fórum, 309 coletas de material genético para exames de DNA. Além disso, 122 audiências resultaram em acordo, com o reconhecimento voluntário da paternidade.

Ações de cobrança de multas da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC) foram o objeto da segunda semana (10 a 14/05). Descontos de 20% no pagamento à vista ou a opção de parcelamento em até três vezes, além de isenção dos honorários advocatícios, beneficiaram 833 devedores, que puderam regularizar suas situações, e a Autarquia, que arrecadou R$ 184,8 mil em dívidas quitadas.

Na terceira etapa (24 a 28/05), entraram na pauta ações de interdição, também das Varas de Família. Em cinco dias, os 27 médicos disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Estado realizaram 635 exames periciais dos interditandos.

Segundo o coordenador, as parcerias foram fundamentais para o êxito do trabalho. "Tivemos uma prova de que, com o envolvimento da sociedade, podemos atingir grandes resultados. A participação dos parceiros - Lacen, AMC e Secretaria de Saúde -, a dedicação de juízes e servidores e a colaboração das partes em comparecer às audiências tornaram possíveis os números alcançados", afirmou.

Formado por dez juízes e 16 servidores, o Grupo de Auxílio foi instituído pelo TJCE, através da Resolução nº 03, publicada no Diário da Justiça de 9 de fevereiro. Além do trabalho no mutirão, o grupo atua, desde março, nas Varas Cíveis, priorizando aquelas com maior acervo processual. As primeiras a contarem com o reforço foram a 1ª e a 30ª Varas, onde foram solucionadas 668 ações, além de 1.486 despachos e 11.904 expedientes. Desde o dia 14 de junho, o grupo auxilia a 12ª e a 18ª Varas Cíveis, com a perspectiva de resolver cerca de dois mil processos.

TRIBUNAL PLENO

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente
Des. José Arísio Lopes da Costa - Vice-Presidente
Des. João Byron de Figueirêdo Frota - Corregedor Geral da Justiça
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque*
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Lincoln Tavares Dantas
Des. Celso Albuquerque Macêdo
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante
Des. Francisco Gurgel Holanda
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz

* Assumiu temporariamente o cargo de ministro do STJ. Em seu lugar, está respondendo o juiz convocado Inácio de Alencar Cortez Neto.

Francisco José Martins Câmara - **Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua**

Alexandre Sampaio Guizardi - **Secretário Geral, em exercício**
Daniel Coelho Fernandes de Carvalho - **Secretário de Administração**
Francisco José Porto Montenegro - **Secretário de Tecnologia da Informação**
Kátia Cilene Teixeira - **Secretária Judiciária**
Luís Eduardo Fontenelle Barros - **Secretário de Finanças**
Ramiro Barroso **- Secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju**
Hortênsio Augusto Pires Nogueira - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Roberto Nogueira Feijó - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Francisco Gladstone de Brito Almeida - **Auditor-chefe de Controle Interno**
Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães - **Assessor de Planejamento**
Veleda Maria Vieira Bastos - **Consultora Jurídica**
Dalva Regina Luna Queiroz - **Chefe da Assessoria de Comunicação**
Alessandra Bezerra Aragão - **Assessora de Cerimonial**
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - **Assistente Militar**

Expediente

Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa
Textos: Luciberto Forte, Edson Gomes, Diego Silveira, Mário Kempes, Carolina do Vale e Crisley Cavalcante
Projeto gráfico e diagramação: Eduardo Torres e Nadson Fernandes
Fotografias: Irailton Menezes

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: (85) 3207.7056/7060 Fax: (85) 3207.7058
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Av. Gal. Afonso Lima S/N - Centro Administrativo Cambeba - Fortaleza-CE
CEP: 60.830-120

Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça